

EDcl no AgInt nos EDv nos EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.210.915 - DF (2017/0305157-9)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
EMBARGANTE : SPE BRASIL INCORPORACAO 50 LTDA
ADVOGADOS : CLÁUDIO AUGUSTO SAMPAIO PINTO - DF014294
BRUNO DELA COLETA MACEDO - DF032313
EDJANICE MARCELINO PEREIRA - DF044227
JULIA HELENA BASTOS REZENDE SILVA - DF044787
EMBARGADO : CLOVIS ANGELO CHAVES BASSO
EMBARGADO : CHRISTIANN DOUGLAS COSTA DA SILVA
ADVOGADOS : RICARDO ADOLPHO BORGES DE ALBUQUERQUE E OUTRO(S) - DF011110
CLÁUDIO AUGUSTO SAMPAIO PINTO - DF014294
JOSE DE CASTRO MEIRA JUNIOR - DF021616
BRUNO DELA COLETA MACEDO - DF032313
DANYLLO DINIZ COSTA - DF040114
INTERES. : ALBERTO SALVATORE GIOVANNI VILARDO
ADVOGADOS : PAULO MAURÍCIO BRAZ SIQUEIRA - DF018114
GILBERTO WANDERLEY ESPINOLA - DF044863
MATHEUS CAPATTI NUNES COIMBRA - DF052810

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS PELO NÃO PROVIMENTO DO AGRAVO INTERNO. § 11 DO ART. 85 DO CPC. IMPOSSIBILIDADE. NÃO OCORRÊNCIA DE OMISSÃO. RECURSO REJEITADO.

1. Não é possível a majoração dos honorários recursais em decorrência mera e simplesmente do não provimento ou do não conhecimento do agravo interno, em virtude da sucumbência recursal (art. 85, § 11, do CPC/15). Precedentes.

2. Excepcionalmente, por se tratar de matéria de ordem pública, a majoração dos honorários no agravo interno somente é admitida quando o relator, por omissão, deixou de aplicá-la na decisão monocrática que não conheceu ou negou provimento ao recurso principal, o que não ocorreu na hipótese.

3. Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, os Ministros da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça acordam, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Raul Araújo, Paulo de Tarso Sanseverino, Antonio Carlos Ferreira, Ricardo Villas Bôas Cueva, Marco Buzzi, Marco Aurélio Bellizze e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, a Sra. Ministra Nancy Andrichi.

Presidiu o julgamento a Sra. Ministra Maria Isabel Gallotti.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator